

E TINHA UMA ÍNDIA PURA NO COMEÇO DA FAMÍLIA: EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO EM TORNO DE CATEGORIAS IDENTITÁRIAS EM ALGUMAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA*

Mércia Rejane Rangel Batista

RESUMO

Partindo da discussão instaurada no âmbito de um projeto coletivo de pesquisa, buscamos recuperar, em termos históricos e antropológicos, como vem se constituindo a categoria *quilombola* no estado da Paraíba. Apropriamo-nos de alguns materiais de pesquisa gerados em condições distintas: produção de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e exercícios etnográficos, tendo em vista a construção de dissertações de mestrado. Recuperamos a discussão realizada em torno do autorreconhecimento e a relação deste com um território. Através dos materiais etnográficos procuramos indicar que, se em alguns casos, a terra é um elemento aglutinador do próprio sentido da vida, capaz então de expressar uma história particular, em outros cenários, parece que estamos em situações mais complexas. Tratamos mais diretamente de duas comunidades quilombolas (Grilo e Pedra D'água) e, indiretamente, de outras três (Talhado Rural, Talhado Urbano e Monte São Sebastião). Por isso, ao nos depararmos em alguns relatos de moradores negros nas comunidades quilombolas sobre relações de origem, consanguinidade e aliança, envolvendo negros e índios, percebemos uma acentuação estratégica de alguns destes elementos em detrimento de outros.

Palavras-chave: categorias identitárias; comunidades quilombolas; etnografia

“AND THERE WERE A PURE INDIAN IN THE BEGINNING OF THE FAMILY”: ETHNOGRAPHIC AND ANALYTICAL EXERCISES AROUND IDENTITY CATEGORIES IN SOME QUILOMBOLA COMMUNITIES IN PARAIBA, BRAZIL

ABSTRACT

Starting with the discussion instaurated in a collective research Project, we search to recover in historic and anthropologic terms the progressive constitution of the category of quilombola at the State of Paraíba, Brazil. We analyze Data which have been produced in different conditions: Technical Reports of Identification and Land Delimitation and ethnographic exercises done by Master Degree students. We recover the debate on self recognition and its relation to territory. Through the ethnographic material we search to indicate that if in some cases the land is a glue element of the life meaning, capable of expressing a particular history, in other settings it seems we are in more complex contexts. We focus more directly on two Quilombola communities (Grilo and Pedra d'Água) and only indirectly on three other ones (Talhado Rural, Talhado Urbano, Monte São Sebastião). Thus when we meet some narratives produced by individuals from the quilombola communities cited above on origin, blood binds and coalitions involving Black and Indian Peoples, we can observe the strategic accentuation of some of those elements in detriment of others.

Keywords: Identity categories; Quilombola communities; ethnography

Mércia Rejane Rangel Batista. PPGCS/UFCG.

* A pesquisa de campo se fez com a participação de Luiz Rivadávia P. Almeida, Eulália Bezerra, Jordânia Araújo, Vanessa Souza, além de Germana Aguiar e Rommel Jorge. No caso dos quatro primeiros, as pesquisas redundaram em dissertações de mestrado. No caso de Aguiar, em uma monografia de graduação.

INTRODUÇÃO

A partir dos esforços envidados no curso de um projeto coletivo de pesquisa¹ sobre “os quilombos e o resgate dos seus direitos à terra”, nos propusemos a estudar a relação entre a emergência de comunidades quilombolas no estado da Paraíba e os processos de identificação de terra. O que se colocou para nós enquanto perspectiva de investigação foi a possibilidade de, escolhendo uma região e um caso inicial - Quilombo do Talhado, no município de Santa Luzia, no sertão paraibano - refletir sobre os modos pelos quais se vai constituindo a categoria de quilombolas no estado da Paraíba. Em certa medida, nos perguntamos como esses universos sociais foram “aderindo” à categoria remanescente de quilombo.

No escopo do projeto de pesquisa se propôs, então, uma reflexão que assumisse, enquanto problemática de investigação teórica e empírica, a emergência de novos atores políticos e a complexidade dos processos de transformação social no Brasil contemporâneo.

Na questão teórica, e no caso em tela, se propôs a noção de recomposição identitária, informada pelas preocupações sociológicas e antropológicas, com a dialética dos processos locais e não-locais e com as políticas de construção da identidade. Este conceito tem, portanto, relação com movimentos maiores dentro de Estados nacionais, com os novos ordenamen-

tos jurídicos nacionais latino-americanos, onde se encaixa a luta pelos chamados “direitos étnicos”², direitos sociais, direitos trabalhistas.

Desde fins da década de 1960 se vem discutindo a natureza contrastiva e relacional da identidade étnica (BARTH, 1998; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Essa discussão consolida a crítica aos conceitos de assimilação e aculturação, posto que traz consigo a ideia de que as diferenças culturais podem permanecer, apesar dos contatos interétnicos e da interdependência dos grupos, e que as sociedades se distinguem mais pelo contato do que pelo isolamento. F. Barth (1997), insistindo em que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que a atravessam, diz acertadamente que as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. As fronteiras de que fala F. Barth são fronteiras sociais que podem, ou não, ter contrapartidas territoriais. A análise de situações concretas nos possibilita apreender os processos de construção de identidades e novos sujeitos políticos nos contextos rurais em estudo.

Nas últimas décadas, no caso brasileiro, há uma intensificação de processos reivindicativos (demandante de direitos) instaurados por populações rurais, com uma forte ênfase na questão territorial. Indicando aí um cenário de lutas e disputas concretas e simbólicas em torno da noção da identidade e do território ocupado ou percebido enquanto legítimo.

1. Projeto Políticas Públicas, Reconversões Produtivas e Recomposições Identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o mundo urbano. CNPq Edital 16/2008 Casadinho (UNICAMP/UFCG).

2. No caso do Brasil, em 1988, quando as lutas pela redemocratização do país desembocaram na Constituinte, ocasião em que também se comemorava os 100 anos de libertação dos escravos, foi criada a oportunidade política catalisada pelos movimentos negros e pelos intelectuais orgânicos no sentido de garantir o reconhecimento de direitos específicos a comunidades negras rurais com a inclusão do Art. 68, das Disposições Transitórias, que diz: Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Contudo, no campo de estudo da Sociologia e Antropologia, naquilo que diz respeito aos estudos que tinham o rural como o seu universo empírico, tais populações não eram percebidas, pois foram compreendidas como residuais, em vias de, ou mais adequadas a outros tipos de enfoques. É o caso de grupos indígenas vistos como acamponesados, aculturados ou assimilados. E é o que se configura nos final dos anos 1970, início dos anos 1980, como um desconforto diante de demandas instauradas na esfera política, gerando a tentativa de classificação/explicação de índios ressurgentes/emergentes.

É o caso também de grupos rurais negros, que passam a ser vistos e também a se enunciarem enquanto parte do conjunto classificado como “remanescentes de quilombos”. Estamos aqui diante da criação de novos sujeitos políticos, que, ao ‘emergirem’, impõem uma discussão, crítica e expansão no campo de estudos sobre populações rurais [ver no aspecto teórico e etnográfico Arruti (2006) e nas discussões sobre o poder enunciativo e performativo do Estado Bourdieu, (2004)].

O Governo Federal, embasado no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias da Constituição Federal de 1988, (*Aos remanescentes das Comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*) e Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, Art. 2º da CONVENÇÃO N°169 da OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS, definiu como uma das prioridades do Plano Nacional de Reforma Agrária a regularização dos territórios quilombolas. Atribuição delegada ao INCRA pelo Decreto 4.887/03 e normatizada através da IN 20/INCRA/2005.

Quando das discussões que resultaram na promulgação do texto constitucional de 1988, desenhou-se o artigo 68 (ADCT – CF88), em que se insta o Estado ao reconhecimento e regularização das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo. Com a assinatura do convênio entre a Fundação Cultural Palmares e a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), um grupo de antropólogos assumiu a tarefa de produção de laudos de identificação étnica e territorial. Se antes quilombo estava associado ao universo histórico ou se era uma categoria constituída pelo debate urbano de lideranças políticas, agora temos um cenário bastante diversificado, pois se trata de uma categoria de reconhecimento político e que corresponde a direitos diferenciados. Por essa razão, Almeida discute com profundidade as acepções contidas no termo e indica a pertinência da reflexão antropológica, que permite recuperá-la enquanto uma categoria de auto-atribuição, implicando processos distintos de territorialização (ver OLIVEIRA, 1998).

Desde então, temos nos deparado com um numero crescente de estudos realizados em todo o país, quase sempre atendendo a uma demanda estatal, pois a necessidade de proceder à regularização fundiária de tais comunidades torna imprescindível a elaboração de relatórios antropológicos de regularização fundiária. Contudo, o exercício de trabalhos por encomenda não implica a ausência de exigências acadêmicas. Estamos diante de um cenário que nos permite investigar o que existe de antropologia nos relatórios encomendados pelo INCRA, do mesmo modo que já se indagou o que existira de antropologia nas perícias antropológicas (OLIVEIRA, 1994).

É importante para os pesquisadores, ao mesmo tempo em que se responde às deman-

das do movimento quilombola, refletir sobre os condicionantes impostos na produção de trabalhos antropológicos, permitindo uma conexão com o conjunto já constituído em outros Estados e regiões brasileiras com as pesquisas realizadas até agora.

No caso da Paraíba, a identificação e delimitação dos territórios constituem-se num dos maiores problemas para o INCRA/PB. Necessitou-se, portanto, contar com a experiência na área de pesquisa e produção de conhecimento antropológico, caso do corpo docente da área de antropologia da UFCG. Para tanto, elaborou-se três Relatórios Antropológicos (entre 2008 e 2009), tendo por base informações históricas, antropológicas, geográficas, ambientais e jurídicas que pudessem identificar territórios de comunidades remanescentes de Quilombos no estado. O trabalho consistiu em identificar a estruturação interna dos grupos e seus processos sociais interativos, utilizando, como parâmetro, as suas classificações e categorias de auto-identificação. Consistiu ainda em investigar como o território é pensado pelos grupos no presente, como resultado de sua relação com a sociedade envolvente.

As comunidades quilombolas, alvo dos esforços de pesquisa, foram indicadas pela Comissão Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba. Como é de conhecimento dos estudiosos desse campo, a construção de uma identidade coletiva vem imbricada à reivindicação do reconhecimento de direitos sobre uma terra de vida e trabalho. Contudo, especificamente, ao se proceder ao estudo no Quilombo Grilo (município de Riachão do Bacamarte, agreste paraibano) nos deparamos com um quadro absolutamente discrepante, pois os seus moradores não reivindicavam terra. Ao contrário, o que nós, no es-

forço da pesquisa, ouvimos, de modo insistente no início da mesma, era o contentamento de muitos com a chegada dos ‘benefícios’, de tal forma que ser quilombola é ser pobre e receber ‘ajuda’ do governo. O que nos impôs um esforço de pesquisa, de uma escuta mais cuidadosa, para compreender tais enunciados. Passemos então a descrever de modo sintético o universo desse exercício de pesquisa.

1. CENÁRIOS DA PESQUISA

O material e a reflexão que se apresenta nesse trabalho é fruto do relatório antropológico sobre o quilombo Grilo, sendo este material uma das peças documentais do Relatório de Identificação e Delimitação – RTID, dentre as outras confeccionadas pelos demais especialistas. Um dos primeiros e mais sérios problemas foi a proposta feita pelo INCRA de que todo o trabalho de pesquisa e redação do relatório pudessem ser feitos em seis meses, sendo este dividido em três etapas de trabalho com períodos equivalentes. A cada dois meses deveríamos encaminhar um relatório parcial e, ao final, o relatório conclusivo. Numa sequência inapelável, independente do desenvolvimento da pesquisa em si.

Desde o final da primeira etapa, tornou-se claro quão difícil era cumprir o calendário da pesquisa. Basicamente enfrentamos as dificuldades que surgiram com a ameaça sofrida pela liderança do quilombo. O cenário descrito era de desconfianças instauradas na região, em que era dito que os ‘negos iriam tomar a terra dos brancos’ e que ‘Paquinha³ era a cabeça dessa história’. Ficou claro que a história vivida pelos moradores dessa localidade impunha um receio muito grande de qualquer ação que pudesse ser

3. Apelido pelo qual a liderança do Grilo é conhecida.

lida como ameaçadora. A liderança nos disse que tinha muito medo de ser morta e que percebia que para ‘os outros’ (referindo-se aí aos não-membros do Grilo) ela era a responsável pela chegada do INCRA e, conseqüentemente, a perda de terras. Fomos alertados pela equipe do INCRA que se deveria ter bastante cuidado ao se deslocar pela região, evitando a entrada em qualquer terra, pois isto poderia ser interpretado como uma invasão de uma propriedade privada, produzindo conseqüências no plano jurídico.

É importante chamar o leitor para uma reflexão sobre a condição do antropólogo em um processo de identificação e regularização fundiária de uma dita “comunidade de remanescentes de quilombo”. O tempo e as condições para a produção da pesquisa e do relatório são muito distintos daquele que, normalmente, se preceitua no campo acadêmico. Como realizar um relatório antropológico em meio aos reclamos de um grupo e as exigências administrativas e políticas? O momento da equipe de pesquisa nem sempre é o mesmo da comunidade quilombola. Ao mesmo tempo, fez-se necessário buscar ouvir aqueles que estavam dispostos a instaurar um diálogo mais reflexivo com a equipe de pesquisadores. Deparamo-nos com uma situação que exigiu da nossa parte uma busca de compreensão do cenário que se desenhava. Uma parte dos membros da dita comunidade Grilo revelaram uma grande dificuldade em participar mais diretamente da pesquisa, pois desde o começo se desenhava um cenário de medos e ameaças veladas. Como muitos dos participantes têm como única alternativa de vida na região o arrendamento da terra de um mesmo proprietário (isto é, os herdeiros de Américo Sobrinho), a situação foi percebida como de confronto e de riscos.

Qual estratégia etnográfica poderia se adotar? Realizamos algumas reuniões com os moradores do Grilo e discutimos a respeito do processo e do desejo manifestado por eles de obter o reconhecimento e a legalização da terra que se configura como sendo da comunidade. Tentamos perceber quais eram os elementos que articulavam a memória social desse grupo. Um dos elementos, que surgiu com alguma ênfase durante nossas conversas, é a relação com Pedra D’água, um local bastante destacado na memória dos moradores mais antigos. Outro elemento que se destacou, quando procuramos construir uma história da comunidade Grilo, é o momento da chegada e permanência no local que é percebido enquanto Grilo. De tal modo, que Grilo é o local que se configurou como a alternativa da condição de *assujeitamento*. No momento da entrega do relatório (junho de 2009), fomos capazes de destacar a genealogia e o modo de vida como elementos agregadores e norteadores de uma identidade étnica, o que indicaria a importância de outros elementos que poderiam ser abordados em condições distintas de pesquisa. Como estamos diante de um local que se configurou como sendo o de moradia e de alguma autonomia social há menos de 50 anos, a organização social parece indicar um processo de mudança e manutenção de um modo no qual uma família extensa ainda se faz presente, embora sofrendo movimentos contrários.

A estratégia de pesquisa que se adotou orientou-se para a compreensão dos elementos que articulavam essas famílias e, como poderíamos identificar, a organização da comunidade Grilo. Como base do trabalho, buscou-se o ponto de vista desse grupo social que aspirou à vigência do direito atribuído pela Constituição Federal (O’DWYER, 2002, p.18). Como deve

ficar claro, não nos propusemos à construção exaustiva da história da comunidade, pois o tempo disponível – inicialmente – e o momento no qual o trabalho se instaurou não permitiriam algo de tal envergadura. A busca se fez pela evidência de nexos de memória com a chamada história oficial. Ao mesmo tempo, indicamos as possibilidades de ler eventos consagrados pela visão que se plasmou no interior dessas comunidades negras (Grilo e Pedra D’Água, com relação ao Quebra-Quilo, por exemplo)⁴.

Procuramos, então, nos apoiar nos trabalhos que já tivessem sido realizados com a comunidade rural negra de Pedra D’Água (LIMA, 1992) ou que estivessem em curso (NASCIMENTO, 2009), de modo a identificar as relações constitutivas entre os herdeiros de Mané Paulo e a família do Grilo (ver o mapa ao final do artigo).

E é a partir do exercício da pesquisa, capaz de suportar a produção do RTID, que nos deparamos com situações que queremos aqui trazer para o presente trabalho. De que modo se constrói e se classifica a si e aos seus, em meio aos outros instrumentos de classificação que vão sendo disponibilizados? E, ao mesmo tempo, como alguns elementos podem e são, efetivamente, descartados, por se revelarem aos olhos de alguns dos participantes do campo social enquanto menos legítimos.

2. PENSANDO ORIGEM

O processo de autorreconhecimento não é automático nem linear, embora implique a divulgação dos benefícios que o autorreconhecimento da condição quilombola trará. Contudo, o preconceito vivenciado pelas comunidades (agora vistas e classificadas enquanto remanescentes de quilombos) não é vencido ou superado através da implementação de programas de governo, já que a situação social na qual se constituem gera desconfortos, com um exercício de negação da própria condição de existência mais autônoma. E também, o autorreconhecimento não garante o fim da discriminação, muito ao contrário, podemos dizer que o preconceito é, até mesmo, ampliado e passa a ser agregado aos outros existentes. É o caso, por exemplo, de se associar o direito territorial a uma identidade negativa: *‘não queremos tomar terra como os sem terra’*, frase ouvida de um morador do Grilo, quando indagado sobre a terra que deveria ser apontada enquanto a terra da comunidade.

Um dos primeiros passos dados no processo de autorreconhecimento é se identificar a comunidade enquanto remanescente de quilombo. Nessa descrição, percebemos dois elementos que norteiam a ideia de quilombo: “as pessoas”, ou seja, o tipo físico, a cor negra da pele e a característica da “localização geográfica”, isto é, o difícil acesso, o isolamen-

4. A Chamada Revolta do Quebra-Quilos foi um conjunto de protestos que eclodiu em 1874, no então povoado de Fagundes, à época pertencente à Campina Grande, quando num dia de feira se impôs a adoção do sistema internacional de pesos e medidas, o que foi interpretado pelos camponeses e comerciantes como uma forma do governo de aumentar a exploração, ao se impor não só novas medidas, como também a cobrança de (novos) impostos para os que comerciavam nas feiras. A revolta se alastrou para os Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, em diversas localidades, sem que se possa identificar uma liderança que articulasse o movimento. O governo Imperial realizou uma enérgica repressão e, em meados de 1875, a região foi pacificada e o novo sistema se impôs. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_do_Quebra-Quilos. Consultado no dia 21/12/2012.

to. Porém, não podemos resumir a definição de quilombo a esses dois elementos, pois estaríamos excluindo uma série de circunstâncias envolvidas na geração de um quilombo.

Então, os atuais processos de reconhecimento de comunidades quilombolas têm gerado muitas discussões no campo das ciências humanas, principalmente nos campos da Antropologia, Arqueologia e da História. Muitos dos questionamentos elaborados estão relacionados ao conceito de quilombo: qual o conceito de quilombo mais adequado? Como definir quem são os remanescentes? Qual é a aplicabilidade do conceito? E assim, o primeiro impasse é: qual significado está sendo atribuído a remanescente de quilombo?

Em um estudo, realizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, sobre quilombos e novas etnias, instaura-se uma discussão sobre o conceito de quilombo acionado pelos operadores do direito. Quilombo foi definido, em 1740, em “resposta ao rei de Portugal, em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino”, como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002 p. 47)

Segundo Almeida, este conceito deve ser reavaliado, posto que contem as concepções do período no qual foi elaborado, período colonial, ficando, como diz, “frigorificado”, ou seja, congelado em um tempo que não mais existe – a época da escravidão.

Durante muito tempo o conceito de quilombo foi acionado a partir dos elementos contidos nas considerações acima, desaparecendo na Constituição Republicana, pois com a abolição da escravidão não se fazia mais necessário sua utilização em um país onde os negros já estavam libertos e, conseqüentemente, não teriam mais a necessidade de fugir e formar quilombos.

O termo quilombo só reaparece como conceito jurídico-formal na Constituição Federal de 1988, através do Artigo 68 do ADCT, sendo associado ao termo “remanescente”, ou seja, passam a ser pensado como uma sobra, uma sobrevivência, aquilo que restou do passado. Já o Decreto Nº 4.887, que regula o artigo 68 do ADCT, dispõe sobre as características necessárias à classificação das comunidades remanescentes de quilombo. Destaca a autoatribuição, a trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Sendo assim, segundo essas orientações, uma comunidade negra, para reivindicar o título de remanescente de quilombo, necessita atestar critérios de auto-atribuição, trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica.

Decifrar a comunidade que nos propusemos a estudar é identificar as relações de parentesco que permitiram a sua constituição e permanência. Para tal, e respeitando as indicações que foram sendo feitas durante a pesquisa, pareceu-nos enriquecedor um aprofundamento que nos levasse ao processo de constituição da Comunidade de Pedra D’Água (situado em Ingá). Os “negros de Pedra D’Água” – são assim que se enunciam e são enunciados pelo entorno - se pensam e se referenciam como descendentes de Manuel Paulo Grande, provavelmente comprador da terra, na qual se instalou sua família e que hoje é o referencial de ancestralidade, revestidos de um conteúdo místico e mítico (ANDRADE, 1992, p.21). Procuramos construir uma exposição que evidenciasse o sentimento de parentesco entre os moradores do Grilo e algumas famílias que vivem no quilombo Pe-

dra D'água e que compartilham com estes a condição de descendentes negros, reconhecidos pelos vizinhos como sendo os '*neguinhos do Grilo*'.

A comunidade do Grilo, quando se auto-identificou enquanto uma comunidade de remanescentes de quilombo, e reivindicou uma certidão de autorreconhecimento, foi localizada em cima de uma serra, construída em lajedos de pedras, e habitada (formada) a partir do casamento de Dona Josefa Graciliano dos Santos com seu Manuel, por volta de 1918. Atualmente, os mais velhos estão com 60 a 75 anos. A falta de terra é o principal fator de impedimento da melhoria das condições de vida da comunidade.

Os moradores do Grilo não concebem a ideia de ser um quilombo, já que para a maioria isso não faz sentido. Percebemos que com o autorreconhecimento, os moradores passam a contar com a presença de pessoas que se interessam pela localidade porque esta passa a ser pensada enquanto uma **comunidade quilombola**. Então, diante dos novos acontecimentos, as pessoas que habitam o Grilo começam a buscar sentidos para essa nova conjuntura. E assim, mesmo diante do desconhecimento do que vem a ser um quilombo, buscam explicar a nova condição, afirmando que após o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo a situação melhorou.

O processo sócio-histórico de formação indica que o *problema da terra* é historicamente umas das questões centrais para o grupo que hoje vive no Grilo – em especial ao longo do século XX. Quando nos remetemos ao processo histórico de constituição da comunidade de Pedra D'Água, no século XIX, somos confrontados com a compra da terra, ou outra forma de ocupação, por um negro, cuja descendência ga-

rante uma forma de apropriação e manutenção do território no sentido coletivo, e, ao mesmo tempo, parece indicar um movimento de dispersão pelas regiões mais próximas, com a formação de comunidades como o Grilo.

Os descendentes de Manuel Paulo (fundador de Pedra D'água) destacam uma qualidade originária que estaria presente e que serve para caracterizá-los, indicando a condição de um grupo étnico (WEBER, 1999, p. 275; BARTH, 2000, p.27-28). Manuel Paulo Grande chega à região, com uma família, e se instala onde hoje encontramos o Quilombo Pedra D'água. Dentre os seus muitos filhos, alguns são mantidos na memória a partir dos descendentes que permaneceram na mesma localidade. Uma das suas netas, na década de 1990, enfatiza a qualidade de transmutação que o avô possuía – tornar-se um gato preto e/ou ficar invisível aos olhos dos seus perseguidores – que permitiu escapar de uma violência maior. Um dos seus filhos – Matias – foi para o local que hoje é conhecido como Matias. Outro filho está associado ao local conhecido como Matão – de onde saíram mulheres para alianças matrimoniais. Entre os que moram em Pedra D'água e no Grilo a prática matrimonial é endogâmica. E, finalmente, Grilo vai aparecer como um lugar no qual se circulou desde os momentos iniciais. Podemos depreender que, ao ressaltar a ligação entre os membros das localidades, através de laços de parentesco, indica-se mais que uma genealogia. Ressalta-se certo modo de conceber a vida: mais autônoma e entre os parentes.

Contudo, alguns dos descendentes de Manuel Paulo Grande se 'espalharam' pela região e sofreram situações de constrição, o que parece ser o caso do Grilo, fato que gerou a alternativa instaurada pela compra de um pequeno terreno, permitindo assim a recupera-

ção de algum grau de autonomia.

Contudo, ao se descrever a chegada de Mané Paulo Grande, se diz que na região existia uma família de índios e que, ao se relacionar uma filha desta família de índios com um dos negros que tinham chegado, o pai teria se desgostado e deixado para trás sua filha, partido, sem nunca mais voltar. O que é bastante interessante, pois se indica uma relação entre um homem (negro) que chega e o encontro com mulher (indígena ou branca) que tornar-se parte da nova família, desaparecendo enquanto uma origem a ser reivindicada. O que queremos aqui indicar é que não se trata, aparentemente, de uma história singular, pois a mesma se repete quando ouvimos a origem dos ‘negos do Talhando’, em Santa Luzia.

Recuando um pouco e procurando recuperar a discussão sobre identidade, um conceito que ao mesmo tempo aglutina e separa, podemos recuperar a reflexão de Stuart Hall (2001), ao discutir como a categoria identidade tornou-se tão central. O autor busca nos mostrar como em diferentes momentos históricos foram-se atribuindo posições distintas aos sujeitos. É possível indicar três concepções acerca da identidade. A primeira refere-se ao sujeito do iluminismo, um indivíduo racional, unificado. A identidade é assim substancialmente fixa. Numa segunda concepção, aqui identificada como mais propriamente sociológica, tem por postulado não mais a individualidade e sim a interação do eu com a sociedade. O indivíduo aqui não é concebido como autônomo, como no caso da primeira, e sim se fazendo na relação com a cultura, na qual está imerso.

Em ambas as concepções o sujeito possui um lugar privilegiado, a diferença é que na primeira prepondera características biológicas enquanto que na segunda, além da presença

da biologia, o indivíduo é atravessado pelos elementos que são exteriores a ele. Podemos aqui pensar no caso das identidades nacionais, que eram projetadas e propostas como sendo capazes de reunir todos os indivíduos pertencentes a um Estado-nação em torno de uma única identidade. Com a perda da força de tal concepção, constitui-se a terceira concepção, a de um indivíduo pós-moderno. Os indivíduos, envolvidos nesses cenários mais móveis, deixam de apostar numa forma identitária estável, coerente e fixa. Porém, e é o elemento que desejamos destacar, torna-se possível, num movimento de mudança, buscar fundamentos para uma identidade aparentemente tradicional e fundada no passado histórico. É o que Hall chama de identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Na modernidade, nos deparamos com processos como o da globalização, o que gera transformações na identidade cultural. Recuperando ideias presentes em Laclau, citado por Hall (1990), na qual a ideia de deslocamentos torna-se destacada. O deslocamento indica que não se tem mais um centro estável, passamos a ter articulações em rede, não se podendo recorrer e interpretar a partir de uma confrontação de duas identidades.

Neste cenário, a diferença surge como elemento central para se pensar a cultura e a identidade. Quando se pensa que o mais importante não é conceber a identidade como atrelada e decorrendo de uma suposta quantidade e qualidade de uma cultura, Barth propõe que se atente aos processos nos quais as fronteiras, ao serem cruzadas, constroem e mantêm as diferenças. Partindo, então, da abordagem relacional, os processos de auto-identificação, o sentimento de pertença de alguém em relação ao

grupo, a recíproca por parte do grupo e dos que são definidos como externos aos mesmos, nos permitem identificar os mecanismos de interação entre os diferentes grupos como elementos fundamentais para o processo de construção da identidade.

Desse modo, e voltando para os elementos presentes entre Grilo e Pedra D'Água, somos apresentados ao modo pelo qual a relação entre o Paulo (de onde saiu o fundador dos moradores dessa localidade) e a esposa deste se configurou. Uma das mulheres que foi entrevistada por Nascimento (2009, p.81) diz que a família da sua mãe não nasceu em Pedra D'água e que a família desta “é de cabôco brabo”. Na ocasião, se pergunta o que significa quando se fala de cabôco, “caboclo é o que?” Ao que ela diz: “Essa família de cabôco, quanto tem uma família de cabôco é (...) Família de cabôco que o povo diz é moreno com cabelo bom, como índio!”

Em sua pesquisa, Nascimento (op. cit.) cria uma situação na qual a liderança de Grilo visita Pedra D'água e se encontra com uma das moradoras que é pensada enquanto sua parenta. Ao se investigar como se descreve a relação do parentesco, somos levados a uma situação muito ilustrativa. Durante a conversa, Isaura diz que o seu pai casou-se com uma moça vinda de Matão (comunidade quilombola que fez parte das três estudadas no convênio do INCRA com o Parque Tecnológico e a UFCG em 2008). Depois de se instaurar a conversa, se apercebem que a avó de Paquinha era irmã da mãe de Isaura. E, ao se comentar as semelhanças físicas entre estas mulheres, se destaca que uma delas é mais clara que a outra. O que é explicado de modo brilhante por Paquinha: “Porque mãe diz que a minha avó era cabôca, né? Minha avó Aquilina era Cabôca!” (op. cit., p. 86).

Ouvindo as falas e com tema de pais, avós, irmãos e filhos, percebemos que Manuel Paulo Grande é a figura em torno da qual o parentesco e a memória se faz. Sendo que dentre os seus doze ou treze filhos temos um dele, chamado de Golçalo Paulo dos Santos e que teve como filhas Alcina, Chica Vitá e Aquilina, sendo as duas últimas nascidas no Grilo.

Como nos diz Nascimento, é interessante notar o registro, em várias falas dos quilombolas, da presença indígena nas famílias. Em muitos dos relatos, quando instados a contar sobre a origem, sobre o passado mais remoto, indicaram a existência de componentes indígenas em seus antepassados. O que nos faz pensar que dos muitos povos indígenas que existiram no interior do que hoje é o Estado da Paraíba, tantos foram aprisionados, escravizados, expulsos ou corridos; e alguns se encontraram, se relacionaram com os negros africanos que aqui viviam em condições sempre complexas. Nesse atual momento, quando as identidades são performadas, discutidas, construídas e (re) significadas, a relação dos negros com os índios parece ser pouco significativa para os participantes, em alguma medida, que nos parece, pelo modo como o campo atual demanda processos de reconhecimento, que a mistura tende a ser pouco valorizada.

3. FALANDO DE ORIGEM E DE IDENTIDADE NA REGIÃO DE SANTA LUZIA

Vamos então passar agora para a outra região, onde temos três comunidades quilombolas reconhecidas (Talhado Rural, Talhado Urbano e Pitombeira), além de uma comunidade que pleiteia o reconhecimento (Monte de São Sebastião). Embora se trate de dois municípios

(Santa Luzia e Várzea), ambas pertencem ao que se chama de Vale do Sabugy.

Propomo-nos a ensaiar algumas reflexões, tendo como substrato empírico a região de Santa Luzia, por ser nesta a localização da Serra onde está o Talhado. Agora um quilombo reconhecido e ao longo dos últimos cinquenta anos uma comunidade conhecida (e aprisionada) em torno da identidade coletiva de ‘negros do talhado’.

Ao mesmo tempo, é a possibilidade de observar os processos de dispersão, migração, que no caso do Talhado Rural conduziu, por um lado, ao progressivo esvaziamento dos sítios que compuseram a chamada comunidade, porém, por outro lado, permitiu que a dispersão conduzisse a um fortalecimento do sentimento de origem (familiar e territorial) e a constituição dos Talhados que hoje compõem o cenário da cidade de Santa Luzia.

Aqui nos perguntamos, primeiro em termos empíricos e, quem sabe, mais teoricamente, o que aglutina a identidade, que, sendo polissêmica, procura ser uma, e, como esta, se contrapõe às identidades negras quilombolas que lhe estão em torno. Especialmente aqui temos o caso da Pitombeira, comunidade negra rural que, estando no município vizinho (Várzea), se configura como modos distintos de ser negro na região.

Em resumo, passando pelos esforços de pesquisa mais individualizadas⁵, procuro aqui traçar um painel que nos permita avançar por algumas questões que nos parecem mais importantes.

Na Paraíba, a região do Sabugi apresentou a certificação, pela Fundação Cultural Pal-

mares, de três comunidades enquanto remanescentes de comunidades de Quilombos: Serra do Talhado (2004/Santa Luzia-PB), Comunidade Urbana de Serra do Talhado (2005/Santa Luzia-PB) e Pitombeira (2005/Várzea-PB). Após o reconhecimento da Serra do Talhado temos um cenário de emergência de outras comunidades reivindicando a certidão de remanescente de quilombo, sob o argumento de compartilharem a mesma origem e/ou manterem relações de parentesco com a mítica da Serra do Talhado.

Em junho de 2005, a Fundação Cultural Palmares certifica a “Comunidade Urbana de Serra do Talhado”, localizada no bairro São José, em resposta ao requerimento feito pela presidente da Associação de Louceiras – Maria do Céu – que argumenta o elo indissociável existente entre a Serra do Talhado e alguns moradores do bairro. Seguindo a memória de seus moradores, temos sempre a mesma história, com pequenas variações, sobre as origens do Talhado. Seu primeiro habitante foi José Bento Carneiro. Como é conhecido e nominado, Zé Bento teria sido um escravo alforriado que veio do Piauí com dois irmãos, e teria se instalado primeiro na Pitombeira, de lá se mudado para o Talhado junto com a esposa Cecília Maria da Purificação.

Para outros, era ele um escravo fugido que veio esconder-se na região de Santa Luzia. Coerente com esta narrativa apresentada por seus moradores, esta história e a genealogia da comunidade já aparecem no primeiro trabalho a respeito do Talhado realizado por Cavalcanti (1975, p. 15-17).

Em outra versão, Zé Bento saiu do Piauí, conduzindo uma boiada para a Paraíba, e, ao

5. Vamos nos apoiar nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por Almeida (2011), Souza (2011) Araújo e Batista (2011) e Batista e Souza (2011).

chegar, resolveu fincar raízes. Com ele vieram seus irmãos e se instalaram na Pitombeira. De lá, Zé Bento teria ido para o Talhado porque ali havia abundantes recursos naturais para exercer seu ofício de carpinteiro. Outra variação nesta história registra que eram três irmãos que vieram do Piauí, ou fugidos ou trazendo uma boiada. Não voltaram e se instalaram na Pitombeira.

Em outras narrativas, vamos compor os mesmos elementos em outra ordem e produzindo efeitos díspares nos detalhes. Então, não eram três irmãos, mas sim dois amigos: um deles foi Joaquim Carneiro que pode ter trazido irmão(s) e irmã(s) e que pegou “a pata de cavalo⁶, Cândida Gomes, filha de Cota da Caiçara uma cabocla “branca de olhos azuis”, expressão esta muito usada sempre que se fala na sogra de Joaquim Carneiro. Observemos, então, que se usa a expressão ‘caboca’, que é a categoria regionalmente utilizada para se referir a índios, isto é, caboclos.

Segundo Almeida (2011), a existência da irmã de Joaquim Carneiro é discutível, mas é uma personagem que aparece em algumas histórias. Mas ela tem até nome, Prudência, a qual seria a mãe de Zé Bento. Este casou com Cecília Maria da Purificação, chamada também Cizia ou Mãe Cizia, e esta era filha de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, portanto prima cruzada de Zé Bento. Depois de casados teriam morado na Pitombeira; posteriormente, Zé Bento trocou suas terras nessa localidade por outras no Talhado. Nesta região, enquanto Zé Bento se dedicava à agricultura, Cecília encontrou um barro propício para a confecção de

utensílios domésticos de cerâmica; esta arte passada de geração em geração, hoje é um traço característico daquilo que se reconhece como sendo “a cultura do Talhado”. As narrativas de origem variam segundo quem narra. Alguns do Talhado negam a condição de escravo de Zé Bento. Para os da Pitombeira esta condição parece não ter relevância. A associação da sua origem a quilombo histórico ainda divide o Talhado, bem como os atuais pesquisadores de sua história.

A Comunidade de Pitombeira, localizada na zona rural de Várzea – cidade vizinha a Santa Luzia – teve sua Certidão lavrada e extraída em 12 de maio de 2005. A relação dessa comunidade com a Serra do Talhado é fundamentada na ideia de que Zé Bento – o fundador desta última – havia primeiro se estabelecido na Pitombeira e, mediante uma permuta de terra, teria trocado a Pitombeira pelo Talhado.

Devido ao processo de migração, muitos moradores do Talhado emigraram em direção a zona urbana de Santa Luzia, passando a residir em bairros da periferia desta cidade. Os bairros de São José, São Sebastião, Nossa Senhora de Fátima e Frei Damião comportam a grande maioria da população que deixou o Talhado e veio estabelecer-se no perímetro urbano.

No decorrer dos últimos anos, os moradores do bairro São Sebastião, que se reconhecem enquanto do Talhado, enfatizando elementos que os ligam por via do parentesco com a comunidade de Serra do Talhado, estão reivindicando, junto à Fundação Cultural Palmares, a Certidão de Remanescente das Comunidades dos Quilombos, e também os direitos a ela iner-

6. A expressão A pata de cavalo indica aqui uma ação que se faz tendo por base a violência física. Há semelhança ou proximidade com outra expressão pega a dente de cachorro. Expressão muito utilizada para indicar uma ascendência feminina e indígena pura. É uma expressão comum no nordeste brasileiro.

entes.

De acordo com os dados obtidos durante a pesquisa de campo, observa-se, no Monte São Sebastião, a presença de moradores que são oriundos, em termos de nascimento, de localidades diversas, como, por exemplo, pessoas vindas do Talhado, da Pitombeira e de outros sítios da região, como também os próprios santa-luzienses – isto é, os que nasceram na sede de Santa Luzia. Em meio a essa multiplicidade populacional, residindo no bairro São Sebastião, foi possível perceber categorias de pertencimento que, de certa forma, fragmenta e explica o universo pesquisado. Para o tema da nossa pesquisa, vamos privilegiar os que nasceram e compartilham um sentimento de pertencimento com a Serra do Talhado.

Com intuito de descrever tal universo, podemos dizer que, entre os moradores do Monte, existem os que se reconhecem e são reconhecidos enquanto “os da cidade de Santa Luzia”, “os da Pitombeira” e “os negros do Talhado”.

Pertencer ao Talhado significa pertencer a um lugar e a uma família que tem como ancestrais Zé Bento e sua esposa Cecília. E assim, mesmo os que saem da Serra do Talhado para residirem em outras localidades, continuam compartilhando os laços de parentesco e a crença na origem comum.

A Serra do Talhado, ao ser certificada enquanto área quilombola, passa a usufruir de políticas públicas destinadas a tais comunidades, o mesmo ocorre com a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e com a Comunidade de Pitombeira. Porém, nem todos os que se pensam e são reconhecidos enquanto do Talhado estão inseridos no cadastro das políticas destinadas aos quilombolas. Isso ocorre porque, quando da certificação da Serra do Talhado, muitas

famílias já estavam morando na zona urbana de Santa Luzia, ou seja, fora da área quilombola; com a certificação do quilombo urbano, outro número de famílias passou a ser beneficiário das políticas para quilombo. Temos aqui a presença de sujeitos que ao compartilharem uma identidade étnica, passam a ser pensados na categoria de sujeitos de direito.

A Comunidade Urbana de Serra do Talhado está localizada no bairro São José e seu reconhecimento foi fundamentado no argumento de que muitos dos que saíram do Talhado fixaram residência no referido bairro, contudo, na implementação das políticas públicas, as famílias cadastradas, não se restringem apenas as que residem no São José, ou seja, seguindo a lógica dos laços de parentesco e de afinidade, têm-se pessoas que residem no bairro N^a de Fátima, no Monte e no Frei Damião que são registrados enquanto quilombolas do São José. Mesmo assim, a certificação do São José como área quilombola não englobou todos aqueles que saíram do Talhado, por exemplo, muitos moradores do Monte que compartilham da descendência do Talhado não são oficialmente reconhecidos enquanto quilombola, ou melhor, enquanto sujeitos de direito quilombola.

Diante disso, há esforços de moradores do bairro São Sebastião – Monte – para que o mesmo seja certificado pela Fundação Cultural Palmares enquanto quilombo urbano, bem como para a implementação de políticas públicas destinadas a tais comunidades. De acordo com as observações de campo, percebemos que a identidade étnica dessa comunidade é construída com base nos laços de parentesco, isto significa que, para esse grupo, é **do Talhado** aquele que compartilha a ancestralidade de Zé Bento, tanto é que mesmo aquele ou aquela que casa-se com um do Talhado, é sempre consid-

erado como de fora, de modo que um conjugue pode ser quilombola, mas nunca será reconhecido como “do Talhado”.

4. ALGUMAS QUESTÕES Á GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Podemos nos perguntar diante dos casos aqui elencados se as diferentes trajetórias implicam a construção de relações diferentes entre nascimento, trajetória e a relação com a terra, aqui pensada enquanto território. Seguindo a sugestão feita por Gusmão (1999), quando define a “terra-território” enquanto condição essencial para se pensar o grupo, é nela em que se afirma a condição de “negro desse ou daquele lugar”, como, por exemplo, a condição de “negro do Matão”, como são chamados nas cidades vizinhas, ou ‘os neguinhos do Grilo’, ou ‘os nego de Pedra D’água, ou ‘os nego do Talhado’.

Uma ideia central que se propõe em Gusmão é de que a terra-território é um aglutinador do próprio sentido da vida, capaz de carregar uma história particular. E, por isso mesmo, é capaz de se transmutar. Vejamos:

A terra-território torna-se um valor de vida, um espaço de sentido, investido pela história particular de cada grupo, tornando-se polissêmica, dinâmica e imutável. A terra não é apenas realidade física; antes de tudo é um patrimônio comum e, enquanto tal, difere de outras terras, de outros lugares e de outros grupos. (GUSMÃO, 1999. Pág. 149-150).

Contudo, se podemos compartilhar de tais semelhanças, no caso de Pedra D’Água e

Grilo (em alguma medida), o mesmo se dando para o Talhado Rural, torna-se mais complexo diante dos Talhados urbano, do Monte São Sebastião e, talvez, da Pitombeira. As políticas públicas que beneficiam esses diferentes conjuntos, o reconhecimento e a luta por direitos diferenciados, abrem espaço para o exercício da identidade, que agora se faz a partir de elementos que nem sempre se mostraram com o mesmo destaque em outros momentos.

A relação entre negros e índios na origem das comunidades remanescentes de quilombo aparece nos exercícios de memória que passam a ser instaurados nos cenários mais contemporâneos. De tal modo que, ao serem instados a se descreverem alguns elementos, podem e são ressaltados, em detrimentos de outros. Os elementos indígenas não encontram nenhum estímulo para serem recuperados, ao contrário dos marcos mais tradicionais da história escravista. O que cria situações de desconforto e conflitos. Porém, indicamos que aqui existe um conjunto de elementos que podem ser mais valorizados, pois nos permite indicar a relação tão intensa entre negros e índios, que os mesmos ainda são narrados.

O processo político se apresenta não apenas enquanto mecanismo de construção, mas também enquanto arena de (re) afirmação da identidade. Stuart Hall (1998) demonstra que, com a globalização e os processos decorrentes desta, as identidades apresentam uma maior mutabilidade, processo esse que é acompanhado de uma politização. As identidades tornam-se mais posicionais e mais políticas.

As relações de parentesco, reforçadas pela crença na descendência comum de um mesmo fundador, acabam sendo, de certo modo, o idioma através do qual os moradores de grupos negros rurais e urbanos falam de si e

de seu direito de ocupar um lugar social, uma identidade e, talvez, uma terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SAN-
SONE, Livio & PINHO, Osmundo Araújo
(org.). *Raça: novas perspectivas antropológi-
cas*. 2ª Ed. Salvador: Associação Brasileira de
Antropologia: EDUFBA, 2008.

_____. Ressemantizar. In: *Mocambo:*
antropologia e história do processo de forma-
ção quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os
quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER,
Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identi-
dade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro:
Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Luiz Rivadávia Preste. Anuncia-
ção e enunciação: a definição de um grupo étni-
co. O caso do Talhado em Santa Luzia (PB).
In: GODÓI, Emília Pietrafiesas & MENEZES,
Marilda. *Mobilidades e Identidades*. SP: Ed.
Annablume, 2011.

ARAÚJO, Eulália Bezerra & BATISTA, Mércia
R R. Formas de pertencer a uma comunidade
quilombola: o caso do Monte São Sebastião em
Santa Luzia (PB). In: GODÓI, Emília Pietrafie-
sa & MENEZES, Marilda. *Mobilidades e Iden-
tidades*. SP: Ed. Annablume, 2011 (no prelo).

~~BARCELLOS, Daisy Macedo de. et. al. Co-
munidade negra de Morro Alto: historicidade,
identidade e territorialidade. Porto Alegre: Edi-
tora da UFRGS, 2004.~~

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fron-
teiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-
Fenart, Jocelyn. *Teorias da Etnicidade*. São
Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. P.
185-227.

_____. *O Guru, o Iniciador e Outras Vari-
ações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra
Capa, 2000.

BATISTA, Mércia R R & SOUZA, Jordânia
Araújo. A festa do Rosário vivida e mantida pe-
los negros da Pitombeira. In: GODÓI, Emília
Pietrafiesas & MENEZES, Marilda. *Mobilidades
e Identidades*. SP: Ed. Annablume, 2011 (no
prelo).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.
Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Ber-
trand Brasil, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Iden-
tidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo:
Livraria Pioneira Editora, 1976.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Talhado:*
um estudo de organização social e política. Dis-
sertação apresentada ao PPGAS-UFRJ. Rio de
Janeiro: Museu Nacional da Universidade Fed-
eral do Rio de Janeiro, 1975.

CAVALCANTI, M. H. P. et al. *Uma História do
Ingá*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB,
1993.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Heran-
ça quilombola – negros, terras e direitos. In:
BACELOS & CARDOSO (org.). *Brasil: um
país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-*

- Modernidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- LIMA, Elizabeth C. de A. *Os negros de Pedra D'Água: um estudo de identidade étnica – história, parentesco e territorialidade numa comunidade rural*. Campina Grande. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, CH/UFPB, 1992.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 2ª ed. Editora Universitária/ UFPB, 1995.
- MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: RelumeDumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.
- NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Relatório Final O quilombo de Pedra D'Água*. Março 2009.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA Jr., João Pacheco de. *Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em Laudos Periciais*, em: HELM. et. al. *A perícia antropológica em processos judiciais*. UFSC: Florianópolis, 1994.
- _____. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA, RJ, vol. 4 n. 1, abril 1998.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade – seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SOUZA, Vanessa Emanuelle. *Trabalho, migração e identidade no quilombo do Matão (PB)*. In: GODÓI, Emília Pietrafiesas & MENEZES, Marilda. *Mobilidades e Identidades*. SP: Ed. Annablume, 2011.
- WOODWARD. Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomas Tadeu. (org.) *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. In: WEBER. Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1991.